

**PEDRO HESPANHA**

**OS CUSTOS E OS BENEFÍCIOS  
DA INSTITUCIONALIZAÇÃO TARDIA  
DA SOCIOLOGIA EM PORTUGAL**

Outubro de 1996  
Oficina nº 78

PEDRO HESPANHA

**OS CUSTOS E OS BENEFÍCIOS  
DA INSTITUCIONALIZAÇÃO TARDIA  
DA SOCIOLOGIA EM PORTUGAL**

nº 78

Outubro 1996

**Oficina do CES**  
Centro de Estudos Sociais  
Coimbra

**OFICINA DO CES**

Publicação seriada do

**Centro de Estudos Sociais**

Praça de D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

**Correspondência:**

Apartado 3087, 3000 Coimbra

**Pedro Hespanha\***

**Os custos e os benefícios da institucionalização tardia da Sociologia em Portugal\*\***

Os quase cinquenta anos de regime político autoritário *também* deixaram marcas profundas na comunidade científica portuguesa. Em certos domínios do saber, mais questionadores da ordem social e da paz podre cuidadosamente construída pela ditadura, como é o caso das ciências sociais e da sociologia em particular, a vigilância do poder nunca deixou qualquer margem à divulgação das ideias, à organização de debates, à formação de especialistas, tudo condições necessárias para a constituição e desenvolvimento de uma comunidade intelectual autónoma.

A análise detalhada de alguns casos isolados e pontuais que podiam servir de excepção a esta política repressiva do conhecimento científico-social mostra que o poder político seguiu quanto a eles uma estratégia assimilação ou cooptação com vista a reverter em seu favor os resultados produzidos.

As mudanças neste estado de coisas começaram mesmo antes da revolução dos cravos de 25 de Abril de 1974, com a emergência de um sector modernizado e europeísta da sociedade portuguesa, ansioso de reformas e crente no sucesso de um modelo de gestão tecnocrática para conduzir ao arranque para o desenvolvimento. As ciências sociais aparecem então como um instrumento importante dos próprios projectos de desenvolvimento.

A grande explosão das ciências sociais, acompanhada de um processo acelerado de institucionalização das novas disciplinas — a Sociologia, a Antropologia Social, as Ciências da Educação, etc. — surge com o 25 de Abril. Desde então foram criadas diversas licenciaturas e cursos de pós-graduação dispersos por todo o território nacional, abrem-se centros de pesquisa ligados ou não às universidades, constituem-se associações científicas e organizações profissionais, aparecem novas revistas e publicações especializadas,

---

\* Sociólogo. Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos Sociais.

\*\* Comunicação apresentada na Oficina "Ciências Sociais - a política de formação dos especialistas e a produção do conhecimento nos países de língua portuguesa" do 4º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (Rio de Janeiro, 2-5 de Setembro de 1996)

organizam-se encontros e congressos, consolidam-se, numa palavra, as novas comunidades científicas no âmbito das ciências sociais.

O que parece digno de nota é que este processo tardio de institucionalização não apresentou apenas aspectos negativos relacionados com o atraso nos estudos sociais de base, com a falta de especialistas qualificados, ou com a ausência de práticas profissionais sólidas. Importantes aspectos positivos ressaltam igualmente da análise da produção teórica e aplicada das novas comunidades científicas. Estes aspectos relacionam-se, em termos sintéticos, com a superação do modelo positivista das ciências sociais, com uma apertada vigilância epistemológica sobre os instrumentos e as práticas de pesquisa, com o pluralismo teórico e metodológico e com a autonomia científica face às agências de financiamento e às instituições públicas que encomendam os seus serviços.

A minha contribuição para esta mesa é de natureza predominantemente informativa e pauta-se pela preocupação de fornecer uma visão global e necessariamente sintética do que foi este processo de surgimento e institucionalização em Portugal, das ciências sociais — e, designadamente da sociologia — e desenvolve-se em duas partes.

Na primeira parte, começarei por fazer uma breve história das etapas do pensamento científico social português e das respectivas influências e, em mais detalhe, do processo de institucionalização da sociologia na década de setenta evocando, para isso, os contextos intelectuais, políticos e sociais que o enquadraram. Na segunda parte, farei uma apresentação do estado actual do ensino, da pesquisa e do significado político e cultural do conhecimento produzido pela sociologia em Portugal, procurando nomeadamente dar resposta às questões que nos foram propostas pela Coordenadora desta Oficina relativamente à formação dos sociólogos, à natureza das instituições de pesquisa, às temáticas predominantemente abordadas, à abertura disciplinar e à profissionalização dos sociólogos.

### **1. As etapas do pensamento sociológico em Portugal**

Simplificando bastante arriscar-me-ia a defender que, até meados do presente século, apenas duas influências verdadeiramente marcantes se fizeram sentir no panorama do pensamento científico social português. A do positivismo comteano e a do reformismo le playsiano.

Quanto à primeira, ela encontrou em Teófilo Braga o seu grande divul-

gador em Portugal, ainda no último quartel do século XIX<sup>1</sup>. Lutando com uma tradição filosófica idealista muito forte, o positivismo foi recebido com grande hostilidade pelas elites intelectuais culturalmente retrógradas e politicamente conservadoras. É certo que a República, implantada em 1910, foi portadora de uma ideologia que, em parte, bebia na doutrina positivista e, em parte, ajudou a consolidá-la através de reformas introduzidas nos sistemas jurídicos reguladores das principais agências de socialização: a família, a escola e a Igreja. A cultura republicana identificava o derrube da monarquia com um acto de emancipação social e a República com a própria evolução da sociedade (Ramos, 1994: 403).

Porém, o papel central que a sociologia devia desempenhar na rectificação das reformas destinadas a conduzir a sociedade portuguesa para o mundo da civilização e do progresso nunca foi alcançado, pela falta da produção de um conhecimento científico consistente e empiricamente fundado<sup>2</sup>. Não tendo passado muito além de uma fase de doutrinação e de luta pelo reconhecimento intelectual, a sociologia positivista foi sendo vista como um perigoso suporte das ideias socialistas à medida que avançavam as núvens toldadas do integrismo nacionalista, reaccionário e católico, de inspiração bergsoniana e maurrasiana, e não admira que tenha soçobrado completamente após a queda da 1ª República em 1926 e a instauração da ditadura salazarista.

Compreende-se melhor, assim, o relativo sucesso da outra tradição sociológica — a do reformismo de Le Play.

Em 1908, a Sociedade de Geografia de Lisboa convidara J. Durieu, Secretário da *Société Internationale de Science Sociale* fundada quatro anos antes por vários discípulos de Le Play, para fazer um ciclo de confe-

---

<sup>1</sup> Teófilo Braga, que foi Presidente da República, pertenceu ao Instituto Internacional de Sociologia fundado em 1893, tendo sido seu vice-presidente em 1913. Da sua obra de sociologia positiva destacam-se: *Traços Gerais da Filosofia Positiva Comparados pelas Descobertas Científicas Modernas* (1877), *Soluções Positivas da Política Portuguesa* (1879), *Sistema de Sociologia* (1884), *Os Centenários como Síntese Afectiva nas Sociedades Modernas* (1884) e *Positivismo, Revista de Philosophie* (1878 a 1882). A influência deste e de outros autores chegou a penetrar na Universidade de Coimbra, em cuja Faculdade de Direito foram criadas após a reforma de estudos de 1901 as cadeiras de Sociologia Geral e Filosofia do Direito e Sociologia Criminal e Direito Penal que consagravam perspectivas positivistas e evolucionistas das instituições e do direito (Cruz, 1983: 22)

<sup>2</sup> Algumas excepções poderiam ser mencionadas, desde logo com o próprio Teófilo Braga que iniciara importantes estudos sobre os costumes populares para conhecer o que ele designava de “bases positivas da nacionalidade” (cfr. *O Povo Português nos Seus Costumes Crenças e Tradições*, 1885). Outras referências, algumas mais próximas de uma sociologia saint-simoniana, são Alfredo Pimenta (*Factos Sociais*, 1908), Basílio Teles, Bento Carqueja (*O Povo Português*, 1916), Rodrigues de Freitas e António Sérgio.

rências sobre as teorias da reforma social e sobre o método das monografias usado pela sociedade nos seus estudos. No ano seguinte, Léon Poincard, um outro sociólogo da mesma escola, foi convidado a organizar um estudo da sociedade portuguesa. Feito à distância e baseando-se em questionários administrados por membros portugueses da Sociedade, esse estudo viria a ser publicado, em 1910, na Revista *Science Sociale* com o título *Le Portugal Inconnu*<sup>3</sup>. Nele são assinalados factores de desorganização social profundos e continuados desde tempos antigos e se conclui que as classes sociais e a estrutura das famílias não favoreciam a emergência dos princípios por que se deviam reger as sociedades modernas, a saber: o primado dos valores pessoais sobre a condição social, o primado do trabalho sobre a política e a abertura ao exterior. A aristocracia fundiária perdera a sua função ao abandonar a exploração das terras, a burguesia, diminuta e sem autoridade, não tinha meios para influenciar a transformação da sociedade e o povo, sem cultura e enredado nas teias da comunidade, não mostrava orientar o seu trabalho para iniciativas individuais, deixando-se envolver por uma rotina estagnante.

A implantação da República não impede o sucesso da escola. Em 1918, é criada no Porto a Sociedade Portuguesa de Ciência Social, a primeira associação de cientistas sociais formada em Portugal<sup>4</sup>. Se bem que a Sociedade nunca tenha conseguido verdadeiramente impor-se, a verdade é que, por iniciativa de alguns dos seus membros ou por outras vias, o método das monografias acabou por se implantar em determinados contextos<sup>5</sup> e, em geral, as ideias de raiz le playsiana sobre a centralidade da família na ordem social e sobre a subsidiaridade do Estado relativamente à autonomia moral desta tiveram crescente aceitação. Desde logo, pela aristocracia rural e pelos sectores da burguesia que aspiravam a assumir os padrões dessa aristocracia. É que o reformismo social favorecia o entendimento entre os diferentes grupos sociais e não hesitava em defender a correcção coerciva

---

<sup>3</sup> Dois anos depois, o estudo seria publicado, em Portugal, numa versão mais reduzida com o título *Portugal Ignorado*.

<sup>4</sup> Esta Sociedade publicou durante 1918 e 1919 um Boletim e realizou diversos estudos monográficos, hoje praticamente desconhecidos, através de membros seus: Vale do Aguiar, por Manuel Pimenta; Águas Santas, por Bernardo A. Espinheiro; Ermesinde, por A. Costa e Almeida.

<sup>5</sup> Foi o que aconteceu, por exemplo, nos estabelecimentos de ensino superior agrícola, designadamente no Instituto Superior de Agronomia, onde a elaboração de monografias rurais, usando o velho instrumento dos orçamentos familiares de Le Play, chegou a constituir a principal modalidade de trabalho final de curso. A influência que isto teve na formação dos futuros responsáveis da burocracia estatal para a agricultura, embora ainda insuficientemente estudada, parece irrecusável.

desde que necessária para preservar o homem da tentação (IESS, 84, vols. 9 e 10).

Na sua componente mais idealista, o reformismo social inspirava-se na doutrina oficial do catolicismo e aproximava-se das soluções integristas. Não admira, pois, que vinte e tal anos mais tarde, Salazar convide um outro representante da Escola de Le Play, Paul Descamps, para replicar o estudo de Poinard sobre a sociedade portuguesa, esperando deste modo poder fundamentar em estudos credíveis as opções políticas que tencionava desenvolver. O resultado foi a obra *Portugal. La vie sociale actuelle* publicada em 1935. Apesar dos cuidados que rodearam a escolha do autor do estudo, os resultados não parecem ter agradado ao regime, perante o reconhecimento de Descamps de que “a concepção de sociedade ditada pelo Estado Novo não deixava o mínimo lugar a uma disciplina como a sociologia, mesmo que esta fosse discreta nas menores alusões críticas” (Medeiros, 1987:99).

Vem a propósito dizer que, independentemente do fracasso desta tentativa de casar a sociologia com os interesses imediatos do poder político estabelecido, a própria escola de Le Play e, em particular, a utilização do método das monografias já estava nessa altura com os dias contados no contexto das ciências sociais fora de Portugal. Forte opositor da sociologia durkheimiana, Descamps, em obra escrita precisamente durante a sua estadia em Portugal, reconhece o desvio descritivista da sociologia da escola da Reforma Social, a que conduziu o uso acrítico das monografias de famílias operárias, e defende uma outra sociologia apta a permitir uma autêntica explicação dos fenómenos sociais e que significativamente ele designou de sociologia experimental<sup>6</sup>.

As marcas deixadas por esta escola foram sobretudo importantes na organização de cursos de serviço social e de enfermagem. Os novos institutos criados nestes dois domínios na segunda metade da década de 30 e inspirados no catolicismo social vieram a integrar a metodologia sociológica, como uma componente da formação dos futuros profissionais .

No entanto, a ditadura, desconfiada dos sociólogos e da sua ciência, em qualquer das modalidades conhecidas, procurou sempre desvalorizar qualquer teorização do social e impedir o seu desenvolvimento institucional: não permitiu que a sociologia entrasse nas universidades, não permitiu a quem se interessava pela sociologia organizar-se, não permitiu a publicação ou difusão de obras chave do pensamento sociológico. Por isso e durante

---

<sup>6</sup> Esta obra, intitulada *Sociologie Expérimentale*, foi publicada em Paris no ano de 1933.

décadas, quem se aventurou por esses trilhos teve de fazê-lo de uma forma clandestina (Nunes, 1988).

Com o enfraquecimento do regime e a acumulação das contradições sociais dentro da sociedade portuguesa, os problemas sociais tornaram-se notórios e não havia como escondê-los. Nos anos 60 e em virtude de uma conjugação de factores que vão desde a tomada de consciência, por camadas cada vez mais amplas, do atraso da sociedade portuguesa quando comparada com outras sociedades da Europa, até ao descrédito do modelo de corporativismo prometido como alternativa às sociedades de economia liberal, as preocupações sociais transformaram-se rapidamente em preocupações com o processo de conhecimento social.

À medida que isto se passa, aumenta a procura de conhecimentos especializados na área do social e surgem, acoplados a instituições de planeamento e intervenção técnica, gabinetes ou organismos de estudos sociais ou de investigação social, cobrindo temáticas de âmbito colonial ou relacionadas com o serviço social, o desenvolvimento comunitário, a formação profissional e as políticas de desenvolvimento (Cruz, 1983). No entanto, completamente dominados por preocupações pragmáticas e dominados pelo poder político, estes organismos não souberam converter-se em polos de produção e difusão de conhecimento sociológico. Também, fora da universidade pública, apareceram, a partir de 1963, cursos com disciplinas de sociologia e, mesmo, uma licenciatura em Sociologia no Instituto de Estudos Superiores de Évora, mas sem efeitos notórios para a institucionalização da sociologia, dadas as preocupações práticas de formação de profissionais e, mesmo ético-religiosas, que os dominaram.

Marco importante desse período constitui o surgimento da revista *Análise Social* (1963), um projecto de um grupo de investigadores, quase todos identificados com o progressismo católico, movido pelos ideais de desenvolvimento económico baseado no progresso e na justiça social. Sabendo que, para o regime, a sociologia não passava de “um socialismo disfarçado”, este grupo foi levando tão longe quanto era possível o estudo da realidade social portuguesa, investindo no rigor analítico e no elevado nível de exigência teórica e metodológica para contrapor à realista contenção temática (Nunes, 1988:25 e 37)<sup>7</sup>. O projecto da *Análise Social* ganhou credibilidade, foi acu-

---

<sup>7</sup> Vale a pena, a propósito, seguir o testemunho de Sedas Nunes, o grande animador deste projecto: “Questões que, ao princípio, apenas eram sugeridas ou indirectamente tocadas, foram depois, aos poucos, explicitadas e abertamente tratadas. Um exemplo, entre outros, foi o do sindicalismo, dos conflitos colectivos de trabalho e da greve, que de facto já

mulando conhecimento estratégico, investiu na formação especializada dos seus investigadores e veio a estar na origem em 1974, já depois da revolução dos Cravos, da primeira licenciatura em Sociologia nas Universidades Portuguesas.

Começava então a terceira e decisiva fase do processo de institucionalização da Sociologia em Portugal. Esta procede rapidamente, quer através da criação de novas licenciaturas em outras universidades<sup>8</sup>, quer através da criação de centros de investigação sociológica<sup>9</sup>, quer através da criação de revistas e outras publicações periódicas<sup>10</sup>, quer ainda e sobretudo através da criação de organizações científicas e profissionais representativas dos sociólogos<sup>11</sup>, cujos congressos passam a constituir eventos marcantes da vida colectiva dos sociólogos portugueses.

O que parece interessante sublinhar é o facto de este processo de institucionalização da sociologia em Portugal ter ocorrido numa altura em que a própria sociologia, enquanto disciplina institucionalizada, estava a reorientar-se e a recuperar de um período muito crítico em que toda a produção científico-social, nos seus fundamentos teóricos ou na sua validade epistemo-metodológica, tinha sido posta em causa.

A crise de que se está a falar tinha a ver, fundamentalmente, com o processo de desenvolvimento da própria sociologia.

Desde logo, com alguns dos traços que marcaram profundamente a natureza e a qualidade do conhecimento produzido desde a sua origem. Citemos apenas dois:

punha em causa o Regime, ainda que indirectamente. Mantendo sempre um equilíbrio difícil entre ousadia e prudência, a *Análise Social* foi, deste modo, avançando continuamente pelo que era, ao tempo, “terreno perigoso”, e abriu ao acesso público coutadas desde há longos anos de acesso reservado” (1988:26).

<sup>8</sup> Actualmente a licenciatura em Sociologia existe em oito Universidades públicas: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (1974), Universidade Nova de Lisboa (1979), Universidade de Évora (1979), Universidade do Porto (1985), Universidade da Beira Interior (1986), Universidade de Coimbra (1988), Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (1988) e Universidade do Minho (1989).

<sup>9</sup> Uma vez que não existe uma carreira de investigação no âmbito das ciências sociais, a maior parte dos centros encontra-se ligada às Universidades onde funcionam cursos de Sociologia e agrupam investigadores que são ao mesmo tempo docentes universitários.

<sup>10</sup> Para além da já referida *Análise Social*, publicam-se regularmente outras revistas no âmbito da sociologia, dentre as quais destacaremos a *Revista Crítica de Ciências Sociais* (criada em 1978 em Coimbra), os *Cadernos de Ciências Sociais* (criados em 1984 no Porto), a revista *Sociologia — Problemas e Práticas* (criada em 1986, em Lisboa, no ISCTE), a revista *Sociologia e Economia* (Évora), a revista *Cadernos do Noroeste* (criados em 1986 em Braga) e a revista *Forum Sociológico* (criada em 1992 em Lisboa, na Universidade Nova).

<sup>11</sup> Em 1985 é constituída a Associação Portuguesa de Sociologia (APS) e também a Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (APSIOT). No ano seguinte surge a Associação dos Profissionais de Sociologia que, mais tarde, haveria de se dissolver para passar a integrar uma secção da APS.

- primeiro, o do seu desenvolvimento com finalidades predominantemente pragmáticas, por agentes interessados na resolução de problemas sociais ou, mais em geral, na reforma dos meios sociais e das instituições, beneficiando, eventualmente, de patrocínios e financiamentos públicos e privados;
- segundo, o da incorporação, ainda que de uma forma nem sempre explícita, de pressupostos normativos acerca da realidade social que se pretende estudar.

Por outro lado, tratava-se de reconhecer que a dimensão teórica do modelo de sociologia que se institucionalizara e difundira a seguir à 2ª Guerra Mundial — o modelo da sociologia funcionalista norte-americana — se tinha esgotado.

A partir daqui, é extenso o rol dos desvios imputados ao trabalho sociológico e, extenso também, o dos novos paradigmas que procuravam substituir-se à hegemonia funcionalista. Em geral, critica-se o uso de categorias analíticas sem qualquer fundamentação teórica ou a multiplicação de tipologias de indução meramente estatística, o abuso das metodologias quantitativas, o hiato entre a investigação empírica e a investigação teórica, a falta de articulação entre a micro e a macro-análise, toda a espécie de contaminações normativas, ideológicas ou pragmáticas que acompanham a produção sociológica; em suma, critica-se o défice de reflexão sociológica e os excessos positivistas.

Novas propostas de reconstrução, mais ou menos radical, da sociologia emergem então, quer aquelas que procuram recuperar as dimensões teóricas da análise sociológica, como o estruturalismo marxista ou a sociologia crítica, quer as que procuram superar os desvios positivistas da sociologia, como as novas orientações interaccionistas, incluindo a etnometodologia, quer ainda as teorias que querem recuperar para a sociologia as dimensões mais utilitaristas do comportamento humano, como as teorias da escolha racional e do individualismo metodológico.

É neste contexto de crítica acérrima e de forte pluralismo que, em Portugal, a sociologia se institucionaliza. Ou dito de outro modo, o nascimento da sociologia institucional em Portugal é contemporâneo do seu renascimento nos países onde ela mais precocemente se tinha institucionalizado.

As consequências deste facto são consideráveis e somam-se àquelas que derivam da anterior relação tensa com o poder político autoritário, ou seja, fundamentalmente, uma apertada vigilância sobre as tentativas de

instrumentalização política das ciências sociais.

De uma forma sintética e procurando identificar traços que correspondam às diferentes variantes da produção sociológica portuguesa e à melhor prática dessa produção nos últimos vinte anos, eu diria que os benefícios que a institucionalização tardia da sociologia em Portugal colheu foram os seguintes:

- a abertura interdisciplinar do trabalho sociológico;
- a tendência para a auto-reflexividade epistemológica e metodológica;
- o ajustamento entre as dimensões teóricas e as dimensões empíricas do social;
- o pluralismo teórico e metodológico, aliado à rejeição de orientações paradigmáticas exclusivistas;
- a combinação de metodologias quantitativas com metodologias qualitativas;
- articulação de diferentes níveis de análise: macro e micro, global e local;
- o interesse por objectos de estudo inovadores e “de fronteira”;
- combinação equilibrada entre investigação fundamental, investigação aplicada e intervenção profissional<sup>12</sup>.

Apontar estes traços não significa aqui outra coisa senão reconhecer que, à partida, as condições se apresentavam bastante favoráveis ao desenvolvimento de uma prática sociológica inovadora e de qualidade, e não envolve qualquer juízo de valor sobre o modo como essas condições foram aproveitadas.

Importa salientar que os contextos mutáveis em que se desenvolve o trabalho sociológico se encarregaram de reduzir, nuns casos, e ampliar, em outros, as vantagens comparativas de que os sociólogos portugueses gozavam à partida. Como referiu Boaventura de Sousa Santos a propósito da década de 80, o contexto sociotemporal tornou-se desastroso para a sociologia pelo facto de esta não ter sido capaz de dar conta das transformações rápidas que estavam a ocorrer nem de evitar que o trabalho sociológico se orientasse, paradoxalmente, noutras direcções (Santos, 1993:65). Ou a propósito de certas conjunturas da história portuguesa recente que abrandaram a vigilância crítica em relação ao poder instituído de que se falou atrás. E cito:

“A tradição da sociologia portuguesa tem alguma especificidade.

---

<sup>12</sup> Sobre este assunto, ver Pinto, 1993 e Fernandes, 1996.

Dominou durante muito tempo uma postura crítica. Em dois momentos, porém, muito diferentes entre si, o compromisso orgânico pretendeu tomar a dianteira: o primeiro foi durante a crise revolucionária do 25 de Abril, o segundo, nos últimos quatro anos, em resultado de uma certa modernização e também de uma certa governamentalização das práticas sociais e institucionais, ambas impulsionadas pela integração de Portugal na CEE”.

E conclui: “Os desafios que nos são colocados exigem de nós que saíamos deste pêndulo. Nem guiar nem servir. Em vez de distância crítica, proximidade crítica. Em vez de compromisso orgânico, o envolvimento livre. Uma objectividade feita de independência, e não de neutralidade” (*ibid.* :64)

Volto ainda à questão do tardio surgimento da sociologia em Portugal e da sua relativa marginalidade em face dos principais centros de produção do conhecimento sociológico. E agora para secundar, à laia de conclusão deste ponto, a posição defendida em 1988 pelo então Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia:

“Sou dos que não consideram forçosamente negativos todos os efeitos da nossa relativa marginalidade (...). É certo que a periferia tende a ser candidata a colonização e, no caso que agora nos interessa, através da importação acrítica de modelos nem sempre adequados ao trabalho local; mas a situação comporta, também, virtualidades que interessa ter em conta e aproveitar. A sociologia que se faz em Portugal pode, com efeito, recolher influxos variados que activamente procure e seleccione, quer os provenientes dos espaços já referidos, quer os que têm origem noutras fontes e noutras regiões. As grandes áreas linguísticas e culturais padecem geralmente de algum isolamento, apesar e por causa da sua dimensão e da sua preponderância. A nossa pequenez, em contrapartida, obriga-nos à extroversão; todo o problema reside em aproveitar sem exclusões apriorísticas os contributos exteriores avaliados como mais positivos” (Almeida, 1990:20).

## **II. O estado actual do ensino, da pesquisa e da profissão**

### *1. A formação académica dos sociólogos e os perfis profissionais*

Pode parecer estranho, para quem seguiu a descrição que acabo de fazer, ter sido possível uma expansão da sociologia em Portugal, sobretudo a nível do ensino e da investigação, quando se parte do nada.

A verdade é que não se partia do nada.

Não disponho de tempo para aprofundar esta questão, mas gostaria de precisar que a primeira geração de sociólogos portugueses teve uma dupla

proveniência: em parte, eles formaram-se em universidades estrangeiras e voltaram a Portugal com a queda da ditadura; em parte, eles formaram-se dentro do país ainda que em condições muito difíceis. Sedas Nunes — o grande patrono dessa geração — testemunha essas dificuldades relativamente aos investigadores do seu Gabinete de Investigações Sociais (GIS) fundado nos anos 60:

“A tarefa crucial do GIS foi, pois, a partir de certo momento, a pós-graduação, aliás sem atribuição de graus académicos, do seu pessoal investigador. Não podia recorrer a cursos de pós-graduação no País, porque não existiam; e também não se podia recorrer a cursos de pós-graduação no estrangeiro, porque faltava o dinheiro necessário. A pós-graduação teve de efectuar-se no próprio GIS. Não foi fácil e demorou muito tempo. Parecia uma batalha antecipadamente perdida a de transformar licenciados nos mais diversos ramos de saber universitário, ao mesmo tempo e lado a lado, em sociólogos. Mas a batalha não foi perdida, foi ganha” (Nunes, 1988:35).

E explica, depois, em pormenor os passos dessa batalha que representa um marco nesta fase de acumulação primitiva e que, naturalmente, aqui não vou reproduzir.

O processo de reprodução alargada da sociologia que se inicia com a criação das licenciaturas e dos primeiros centros de investigação decorre ainda neste momento e o rápido crescimento verificado no número de sociólogos, docentes, investigadores ou profissionais pode medir-se através de indicadores mais ou menos fiáveis. Estimamos em cerca de 3 000 o número de sociólogos formados pelas universidades portuguesas desde 1974 e a este número há a acrescentar o daqueles que provieram de outras origens. Relativamente ao universo dos cientistas sociais os sociólogos representam entre 15 e 20%.

A pertença à Associação Portuguesa de Sociologia constitui um outro indicador importante da vitalidade da sociologia em Portugal. Constituída em 1985, o número de membros inscritos tem vindo a crescer a um ritmo elevado, contando em 1996 com 916 associados e os seus congressos bi-anuais, muito participados têm constituído ocasião de reforço da consciência do grupo profissional e de esbatimento das clivagens entre cientistas e profissionais, para além de terem promovido o reforço institucional da sociologia (Machado, 1996:58).

É importante reconhecer que, apesar deste dinamismo assinalado, a visibilidade pública da sociologia em Portugal ainda é algo limitada e isso torna-se particularmente notório no que respeita aos papéis profissionais

quando se verifica que "nem os empregadores, nem os sociólogos ou os estudantes de sociologia dispõem (...) de um mapa mental dos papéis profissionais possíveis com contornos tão nítidos como o que existe nas profissões de sedimentação histórica mais longa" (Machado, 1996:45). Por isso os sociólogos distribuem-se pelos mais diversos sectores de emprego, muitas vezes construindo o seu próprio perfil profissional em áreas novas ou em competição com outras profissões já instaladas, muitas vezes não assumindo claramente a condição de sociólogo para evitar a discriminação de uma profissão que se desconhece.

Os reflexos negativos da novidade da profissão no mercado de trabalho explica, em parte, a reduzida procura de sociólogos pelas empresas. Numa caracterização das carreiras profissionais dos membros da Associação Portuguesa de Sociologia verificou-se que apenas 13% estavam ligados a empresas do sector privado. A grande maioria trabalhava no sector público: nas universidades e centros de investigação universitários, cerca de 40%; na Administração Pública e em Empresas Públicas, cerca de 25% e nas Autarquias Locais, cerca de 10%. O ensino e a pesquisa constituem ainda os destinos mais comuns (Quadro 1).

**QUADRO 1**  
Evolução das inserções profissionais  
dos membros da Associação Portuguesa de Sociologia

Estabelecimentos, instituições ou empresas	1988		1992		1996		Δ 88/96
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	
Universid. e Instit. Investig. Públicas	117	61	186	41	252	33	+ 2,2
Ensino Politécnico	6	3	31	7	33	4	+ 5,5
Ensino Superior Privado	6	3	9	2	36	5	+ 6,0
Ensino Secund., Profiss. e Primárias	9	5	46	10	45	6	+ 9,0
Centros de Investig. não universitários	1		5	1	15	2	+ 15,0
Empresas de serviços	3	1	32	7	73	10	+ 24,0
Empresas industriais	2	1	13	3	24	3	+ 12,0
Administração e Empresas Públicas	28	15	84	18	176	23	+ 6,3
Autarquias	9	5	28	6	64	9	+ 7,1
Outras situações	11	6	22	5	39	5	+ 3,5
<b>Total</b>	<b>192</b>	<b>100</b>	<b>456</b>	<b>100</b>	<b>757</b>	<b>100</b>	<b>+ 3,9</b>

Fonte: APS, *apud* Machado, 1996: 70.

Isto não esconde o facto de existir um problema de emprego dos sociólogos em Portugal (Quadro 2). A incapacidade de a procura absorver o elevado número de licenciados que as universidades lançam anualmente no mercado de trabalho tem sido considerada por uns como o resultado da criação de um número irrealista de cursos de Sociologia pelas Universidades (Nunes, 1988:46) e, por outros, como um resultado da novidade do curso e da insuficiente promoção deste junto das empresas e dos serviços empregadores. Seja como for, trata-se de um problema que se está a generalizar em diferentes outros cursos e que, no caso da sociologia, não parece sequer estar a agravar-se (Almeida, 1990; Machado, 1996:44).

## QUADRO 2

Licenciados de várias disciplinas  
e respectiva composição etária e taxas de desemprego (1991)

	(1) Total	(2) < 35 anos (%)	(3) Tx. de- semprego (1)	(4) Tx. de- semprego (2)
Ciências Sociais	20 902	44,3	2,1	3,3
Ciências da Engenharia	41 985	35,3	1,5	2,2
Direito	17 379	39,8	2,6	5,3
Letras	39 261	38,9	1,4	2,2
Ciências Exactas e Naturais	13 352	39,1	1,6	2,2
Ciências Médicas	35 374	38,3	0,7	1,0
Administração de Empresas	20 818	48,2	2,4	3,5

Fonte: INE, XIII Recenseamento Geral da População (1991), *apud* Machado, 1996: 48.

### 2. A investigação em sociologia

O aspecto mais expressivo a apontar no domínio da pesquisa é a ausência, até muito recentemente, de uma política de fomento da investigação social (e não apenas sociológica). Numa sociedade onde a procura privada de estudos de carácter sociológico é baixíssima e em que o próprio Estado não produz tradicionalmente informação nem estudos aptos à formulação das suas políticas, pareceria indicado um forte investimento no apoio à investigação, quer na criação e funcionamento de centros, quer na formação de investigadores. Assim não tem acontecido, porém.

A investigação universitária — que constitui de longe a maior componente da investigação sociológica — não goza de autonomia relativamente à docência e, por isso, os investigadores não se dedicam a ela em

exclusividade. Pior, a investigação ainda continua a ser considerada como uma actividade secundária por referência à actividade docente. Assim, a maior parte dos cursos universitários de sociologia não dispõem de uma carreira de investigação autónoma, nem são obrigados a praticar investigação.

Todo o desenvolvimento da investigação nas universidades tem sido feito com grande esforço, com péssimas condições e de uma forma descontínua. Nos últimos anos, porém, começaram a surgir de uma forma regular programas de financiamento para a investigação em Ciências Sociais, a cargo da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), uma instituição pública actualmente dependente do Ministério da Ciência e Tecnologia e a quem cabe gerir os fundos nacionais e europeus destinados ao apoio à investigação. Em 1992 ela destinou às Ciências Sociais cerca de 14% dos 63 milhões de contos que tinha para distribuir, cabendo a maior parte do bolo às áreas tecnológicas (Quadro 3).

### QUADRO 3

Repartição da despesa em I&DE, a preços correntes, por área científica ou tecnológica, no conjunto dos sectores Estado, Ensino Superior e Instituições sem Fins Lucrativos (1990 - 1992)

Área	1992 (10 <sup>6</sup> esc.)	(%)	1990 (10 <sup>6</sup> esc.)	(%)
Científica ou Tecnológica				
Ciências Exactas	10 415,2	16,6	5 873,3	15,3
Ciências Naturais	6 970,4	11,1	4 965,3	12,9
Ciências de Engenharia e Tecnologia	21 707,6	34,5	12 248,2	31,9
Ciências da Agriculture, Silvicultura, Pecuária, Caça e Pescas	8 272,9	13,1	5 748,9	14,9
Ciências Sociais e Humanas	8 708,2	13,8	6 106,1	15,9
Total	62 945,6	100,0	38 446,6	100,0

Fonte: JNICT/GPE, Julho 1995

Por outro lado, o número de projectos financiados pela JNICT na área da sociologia e os montantes médios de financiamento por projecto são manifestamente reduzidos, ficando em regra um volume elevado de projectos sem financiamento e, dos financiados, uma parte dos respectivos orçamentos por cobrir (Quadro 4).

## QUADRO 4

## Projectos financiados pela JNICT (1987-1995)

1 Ano	2 Projectos candidatos	3 Projectos financiados	4 3/2 (%)	5 Financiamento (em contos)	6 5/3 (em contos)
1987		13		54 139	4 164
1991	37	10	27,0	52 908	5 290
1992	28	11	39,3	67 457	6 132
1993	52	17	32,7	93 164	5 480
1995	45	9	20,0	60 951	6 772

Fonte: JNICT (*apud* Fernandes, 1996:29)

Por isso, é cada vez maior a tentação de os sociólogos dos centros de investigação universitários se envolverem na realização de estudos sob encomenda ou em investigação aplicada em domínios onde exista procura. E esta vai aparecendo crescentemente proveniente de sectores da administração pública, central ou local, e de empresas públicas.

## QUADRO 5

## Distribuição dos projectos financiados pela JNICT por áreas científicas (1987-1995)

Áreas	Total	(%)
Educação	8	13,4
Família	7	11,7
Comunidade Científica	2	3,3
Juventude	5	8,4
Cultura	6	10,0
Trabalho e Sindicatos	12	20,0
Política	6	10,0
Desenvolvimento	1	1,7
Modos de Vida	2	3,3
Ambiente	1	1,7
Profissões	2	3,3
Idosos	2	3,3
Migrações	2	3,3
Classes Sociais	1	1,7
Associativismo	1	1,7
Identidades	1	1,7
Demografia	1	1,7
Total	60	1,7

Fonte: JNICT (*apud* Fernandes, 1996:30)

As áreas de investigação fundamental ou aplicada mais procuradas

pelos investigadores que recorrem aos programas da JNICT são ainda a do trabalho, da educação, da família e da política, mas é cada vez mais frequente os programas indicarem temas prioritários para a investigação muitas vezes relacionados com objectivos específicos de um determinado departamento do Estado (vg. ordenamento do território, segurança social saúde, etc.) (Quadro 5).

A produção de conhecimento sociológico faz-se por outras vias para além da investigação e, alguma dela, corresponde a estudos de reflexão teórica em diálogo com referências nacionais ou estrangeiras. Numa análise das comunicações apresentadas aos Congressos de Sociologia da APS, verificou-se que até aqui têm predominado as comunicações deste tipo — discussão teórica ou revisão bibliográfica (Lobo, 1996:125) e que as comunicações de resultados de estudos empíricos ficam num segundo lugar algo distante.

Vale a pena, ainda e para terminar, voltar à questão das temáticas. No último dos Congressos, realizado no início deste ano e subordinado ao tema da mudança social, a preferência pelas questões do âmbito da família, da cultura, do ambiente e dos modos de vida parece muito significativa da reorientação dos interesses que se está a operar para temas menos económicos ou políticos. (Quadro 6).

#### QUADRO 6

Comunicações apresentadas  
no 3º Congresso Português de Sociologia (1996) por áreas temáticas

Áreas	v.a	(%)
As diferentes Ciências Sociais face à mudança social	4	2,0
Sociologia como profissão	4	2,0
Meios de comunicação social	3	1,5
Estado e Poder	27	13,3
Estruturas produtivas, trabalho e profissões	27	13,3
Educação e desenvolvimento	23	11,3
Território, ambiente e dinâmicas espaciais	33	16,3
Cultura e saberes	39	19,3
Família, género e afectos	42	21,0
Total	202	100,0

Fonte: APS, *apud* Lobo, 1996: 123.

Efeito de saturação após um período muito dominado pelos temas quentes da política logo a seguir à "revolução dos cravos" ou efeito de

imitação relativamente às novas temáticas da sociologia mundial pós-moderna, esta viragem não deixa de ser paradoxal, como agudamente observou Boaventura de Sousa Santos, num país e numa conjuntura em que os problemas de natureza económica (inflação, desemprego, taxa de juro, défice orçamental, dívida externa, política económica) se tornaram tão absorventes (Santos, 1993:65) .

### Referências bibliográficas

- Almeida, Ana Nunes (1996) “Desafios para a mudança: actores, práticas e processos”. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 20: 105-112.
- Almeida, J. Ferreira de (1990) “Discurso de abertura do 1º Congresso Português de Sociologia”. In *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, vol I. Lisboa, Editorial Fragmentos.
- APS (1994) “Sociology in Portugal”. *International Sociology*, vol. 4, 8:493-501.
- Casanova, José L. (1996) “Campo sociológico e publicação — a Revista Sociologia Problemas e Práticas”. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 20: 131-168.
- Costa, A. Firmino da (1996) “Bibliografia: sobre o campo da sociologia e as práticas sociológicas em Portugal”. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 20: 169-178.
- Cruz, M. Braga da (1983) *Para a História da Sociologia Académica em Portugal*. Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Cruz, M. Braga da (1986) “Novas revistas de ciências sociais em Portugal”. *Análise Social*, 91.
- Fernandes, A. Teixeira (1996) “O conhecimento científico-social: elementos para a análise do seu processo em Portugal”. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 20: 9-41
- Lobo, Cristina (1996) “Os Congressos de Sociologia em Portugal”. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 20: 113-130.
- Machado, Fernando L. (1993) O ensino da sociologia: entre a ciência e a profissão”. *Cadernos de Ciências Sociais*, 12/13.
- Machado, Fernando L. (1996) “Profissionalização dos sociólogos em Portugal — contextos, recomposições e implicações”. *Sociologia -*

*Problemas e Práticas*, 20: 43-103.

- Medeiros, Fernando (1987) "Grupos domésticos e *habitat* rural no norte de Portugal — o contributo de Le Play, 1908-34". *Análise Social*, 95:97-116.
- Nunes, A. Sedas (1988) "Histórias, uma história e a História — sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal". *Análise Social*, 100: 11-55)
- Pereira, R. da Silva (1994) "Adérito Sedas Nunes: no final do século". *Análise Social*, 125-126: 5-8.
- Pinto, J. Madureira (1992) "Discurso de abertura do 2º Congresso Português de Sociologia". In *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, vol I. Lisboa, Editorial Fragmentos.
- Ramos, Rui (1994) "A Cultura Republicana". In José Mattoso (org.) *História de Portugal*. Vol. VI. Lisboa, Círculo de Leitores.
- Resende, José e Vieira, Maria M. (1993) "A sociologia e o ensino superior em Portugal: um levantamento e algumas interrogações". *Cadernos de Ciências Sociais*, 12/13.
- Santos, Boaventura S. (1993) "Cinco desafios à investigação sociológica". In *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*. Vol. I. Lisboa, Editorial Fragmentos.
- Sociologia - Problemas e Práticas*, 20, 1996. Número sobre "A Sociologia em Portugal"